

ACTA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Aos seis dias do mês de Abril do ano de dois mil e dez, pelas quinze horas, reuniram-se os elementos que compõem o Conselho Municipal de Educação, no edifício da Câmara Municipal de Benavente.

Verificou-se a presença dos seguintes Conselheiros:

- Presidente da Câmara Municipal de Benavente – António José Ganhão;
- Vereadora com o Pelouro da Educação – Maria Gabriela Santos;
- Representante das Juntas de Freguesia – Hélio Justino
- Representante da DREL – Eduardo Oliveira, representado por Marina Nogueira;
- Representante do Pessoal Docente do Ensino Secundário – Maria Jacinta Machacaz
- Representante do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar Público – Joaquina Nazareth;
- Representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social na área da Educação – Elisabete Correia Pires da Cruz
- Representante dos Serviços Públicos de Saúde – Ana Zita Antunes;
- Representantes das Associações de Pais e Encarregados de Educação –Paula Fernandes (Ass.Pais Samora Correia) e Georgina Ferraz (Ass. Pais Duarte Lopes)
- Representante do Instituto Português da Juventude – Heliana Vilela, representada por Paula Lopes;
- Representante dos Serviços de Segurança Social – Teresa Figueiredo
- Presidente da Assembleia Municipal – Representado pela 2ª Secretária Ana Carla Gonçalves

Estiveram presentes os seguintes convidados:

- José Eduardo Ramalho – Agrupamento de Escolas Duarte Lopes
- Dora Morgado– Agrupamento de Escolas de Samora Correia
- Maria de Fátima Borges – Agrupamento de Escolas de Porto Alto

Verificou-se a ausência dos seguintes Conselheiros:

- Representante das Forças de Segurança
- Representante dos Serviços de Emprego e Formação Profissional
- Representante da Associação de Estudantes
- Representante do Pessoal Docente do Ensino Básico Público – Maria Clara Freire da Cruz

Presente a Chefe de Divisão Municipal Cultura Educação e Turismo – Cristina Gonçalves e Ana Infante, Coordenadora Técnica da Secção de Acção Sócio Educativa, que secretariou a presente reunião.

O Senhor Presidente deu início à reunião pelas 15 horas e quarenta minutos, submetendo à consideração dos conselheiros a seguinte proposta da ordem de trabalhos, a qual foi aprovada.

- 1 – Aprovação da Acta da Reunião anterior
- 2 – Informações relativas ao 1º e 2º Período lectivo
- 3 – Extensões de horário na Educação Pré-Escolar
- 4 – Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico - acompanhamento
- 5 – Outros assuntos

PONTO 1 DA ORDEM DE TRABALHOS - APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Senhor Presidente submeteu à apreciação dos Senhores Conselheiros e convidados, a acta da reunião realizada no dia 03 de Setembro de 2009, à qual não foi proposta nenhuma alteração, pelo que o Senhor Presidente a considerou aprovada.

PONTO 2 DA ORDEM DE TRABALHOS – INFORMAÇÕES RELATIVAS AO 1º E 2º PERÍODO LECTIVO

O Senhor Presidente solicitou que a chefe de Divisão Municipal de Cultura Educação e Turismo, fizesse uma breve síntese do documento informativo relativo ao início do ano lectivo 2009/2010.

Teor do documento:

ÁREAS DE INTERVENÇÃO DA AUTARQUIA

Informação relativa ao 1º e 2º períodos do lectivo 2009/2010

1. Acção Social Escolar

1.1. Transportes escolares

	Carreira Pública	Circuitos Municipais	Veículos de aluguer
1º Ciclo - Porto Alto	-	11	-
1º Ciclo – Duarte Lopes	10	6	5
1º Ciclo – Samora Correia	-	5	-
EB 2,3 Duarte Lopes	149	10	-
EB 2,3 Fernandes Pratas	-	5	-
EB 2,3 Porto Alto	13	26	-
Esc.Sec. Benavente	204	6	-
Outras Escolas	168	4	-
Total	544	73	5

1.2. Apoios sócio-educativos

Acção Social escolar – 1º ciclo

ESTABELECIMENTO DE ENSINO	Nº DE ALUNOS COM ESCALÃO		LIVROS E MAT. ESCOLAR		ALIMENTAÇÃO		EQUIPAMENTO	
	ESC. A	ESC. B	ESC. A	ESC. B	ESC. A	ESC. B	ESC. A	ESC. B
EB1 F. Charneca	17	8	17	8	17	8	1	0
EB1 F. Almada	6	7	5	7	5	7	1	1
EB1 Barrosa	4	7	4	7	4	7	1	0
B1 Santo Estêvão	23	9	23	9	21	9	3	1
Centro Escolar Benavente	67	48	66	48	42	19	6	2
EB1 Nº2 Benavente	26	26	25	25	25	23	2	2
Centro Escolar S. Correia	79	61	71	55	64	37	15	10
EB1 Acácias	77	67	74	64	66	45	16	8
EB1 Nº1 Porto Alto	44	50	41	49	41	49	5	4
TOTAIS	343	283	326	272	285	204	50	28
Total em euros	-	-	24.450,00€	13.328,00€	-	-	3.450,00€	1.932,00€

AGRUPAMENTO	Nº DE ALUNOS COM ESCALÃO		LIVROS E MAT. ESCOLAR		ALIMENTAÇÃO		EQUIPAMENTO	
	ESC. A	ESC. B	ESC. A	ESC. B	ESC. A	ESC. B	ESC. A	ESC. B
DUARTE LOPES	143	105	140	104	114	73	14	6
TOTAL EM EUROS	-	-	10.500,00€	5.096,00€	-	-	966,00€	414,00€
SAMORA CORREIA	156	128	145	119	130	82	31	18
TOTAL EM EUROS	-	-	10.875,00€	5831	-	-	2.139,00€	1.242,00€
PORTO ALTO	44	50	41	49	41	49	5	4
TOTAL EM EUROS	-	-	3.075,00€	2.401,00€	-	-	345,00€	276,00€

Atribuição de Bolsas de Estudo, Sector de Intervenção Social e Saúde

Decorreu 19 de Janeiro e 8 de Fevereiro a candidatura a Bolsas de Estudo, foram recepcionadas 102 candidaturas e ainda decorrem os procedimentos relativos à atribuição.

Tipo de bolsa	Nº de processos	Valor atribuído	Total
Mérito	41	€ 370	€ 15.170
1º Escalão	17	€ 370	€ 6.290
2º Escalão	9	€ 300	€ 2.700
3º Escalão	7	€ 200	€ 1.400
Secundário	19	€ 200	€ 3.800
	93		€ 29.360

1.3. Alimentação/Refeições escolares

A abertura do Centro Escolar de Benavente, veio garantir o fornecimento de refeições escolares a um vasto número de crianças que até ao ano lectivo anterior não tomava a refeição na escola. Neste Centro Escolar passou funcionar um 2º centro de produção de refeições escolares, sendo que o já existente, Cantina de Porto Alto, continua a funcionar.

Continua a ser garantida a refeição escolar gratuita a todas as crianças que frequentam a educação pré-escolar, do ponto de vista da educação para a saúde.

Para o presente ano lectivo foi novamente formalizada e aprovada a candidatura ao Programa de generalização das refeições escolares aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, ao abrigo do Despacho n.º 22 251/2005 (2.ª série), de 25 de Outubro e Despacho n.º 12 037/2007, de 18 de Maio.

Agrupamento	Escolas do Concelho a)	Total de Alunos do 1.º Ciclo	Total de Alunos do 1.º Ciclo que vão usufruir de Refeições Escolares	Preço pago pelos alunos	Local onde vão ser servidas as Refeições Escolares	Horário das refeições escolares	Entidade que confecciona as Refeições Escolares	Equipamentos e meios usados no fornecimento das refeições
-------------	------------------------	------------------------------	--	-------------------------	--	---------------------------------	---	---

Duarte Lopes								
	Centro Escolar de Benavente	375	230	€ 1,46	Refeitório próprio	12,30 às 13,45 h	Confecção local	
	EB 1 nº 2 Benavente	80	58	€ 1,46	Refeitório J.I. nº 2 de Benavente	12,30 às 13,30 h	Cantina Municipal Escolar de Benavente	
	EB 1 Barrosa	34	34	€ 1,46	Refeitório do J.I. Barrosa	12,30 às 13,30 h	Confecção Local	
	EB 1 Foros da Charneca	31	31	€ 1,46	Refeitório próprio	12,30 às 13,30 h	Confecção Local	
	EB 1 Foros de Almada	19	19	€ 1,46	Refeitório próprio	12,30 às 13,30 h	Confecção Local	
	EB 1 Santo Estêvão	76	68	€ 1,46	Refeitório J.I. de Santo Estêvão	12,30 às 13,45 h	Cantina Municipal Escolar de Benavente	
Samora Correia								
	Centro Escolar de Samora Correia	294	248	€ 1,46	Refeitório próprio	12,30 às 13,45 h	Cantina Municipal Escolar do Porto Alto	
	EB 1 Acácias	294	180	€ 1,46	Refeitório da EB 2, 3 Fernandes Pratas	12,30 às 13,45 h	Confecção Local	
Porto Alto								
	EB 1 Porto Alto	222	165	€ 1,46	Refeitório da EB 2, 3 de Porto Alto	12,30 às 13,45 h	Confecção Local	
	Total	1425	1033					

Cumpr. Reg. 852/2004, 29 Abril e Reg. 178/2002, 28 Janeiro

1.3. Programa Fruta Escolar

Formalização e aprovação do Regime Fruta Escolar de acordo com a Portaria nº 1242/2009, de 12 de Outubro.

O Regime de Fruta Escolar apresenta como objectivos contribuir para a promoção de hábitos de consumo de alimentos benéficos para a saúde das populações mais jovens e, conseqüentemente, para a redução de custos sociais e económicos associados a regimes alimentares menos saudáveis. Neste sentido, são previstas duas distribuições semanais de fruta a todos os alunos que frequentam o 1º ciclo do ensino básico, nomeadamente dos seguintes produtos, maçã, pêra, clementina, tangerina, banana, cenoura e tomate. No procedimento relativo à aquisição dos produtos, a referida Portaria define ainda que deverão ser privilegiados os regimes públicos de qualidade certificada de produção integrada, de modo de produção biológica, de denominação de origem protegida, de indicação geográfica protegida ou de protecção integrada.

Garantindo o desenvolvimento de todos os procedimentos relativos à aquisição, prevê-se que o início da distribuição da fruta possa ter lugar no 3º período lectivo, dia 12 de Abril.

Complementarmente, a referida Portaria supõe a implementação de medidas de acompanhamento que visam promover o consumo de fruta, e que se traduzem em acções diversas que são propostas pelos agrupamentos de escolas, validadas pela Direcção Regional de Educação de LVT e aprovadas pelo IFAP, sendo que o financiamento para a concretização das acções é atribuído aos municípios respectivos. Com o objectivo de operacionalizar o programa e prevendo que a distribuição da fruta possa ser iniciada dia 12 de Abril, teve lugar uma reunião com os Agrupamentos de Escolas de Duarte Lopes, de Samora Correia e de Porto Alto na qual foi proposta a realização de duas acções, a iniciar na mesma data, que promovam a sensibilização e divulgação do programa:

1. Concurso de ideias para logótipo do Programa Fruta Escolar a realizar nas escolas básicas de 1º ciclo e dirigido a todos os alunos que as frequentam. A partir deste concurso pretende-se a criação de uma imagem que caracterize o programa (proposta de regulamento em anexo);
2. Elaboração de desdobrável/folheto de divulgação do Regime de Fruta Escolar, integrando conteúdos relativos ao programa e a hábitos alimentares mais saudáveis no sentido de uma educação para a saúde.

2. Escola a Tempo Inteiro

2.1. Componente de Apoio à Família na Educação Pré-escolar

Continua a ser garantido o desenvolvimento das actividades no âmbito da componente sócio-educativa, em particular as expressões musical, motora e dramática.

	Salas	Alunos	Almoço	Prolongamento
Agrupamento de Escolas Duarte Lopes				
J.I. n.º 1	4	87	87	82
J.I. Centro Escolar	3	20	20	20
J.I. N.º 2	2	46	46	46
J.I. N.º 3	2	39	39	39
J.I. Barrosa	1	19	19	18
J.I. F. Charneca	1	18	18	18
J.I. St.º. Estêvão	2	45	45	41
Agrupamento de Escolas de Samora Correia				
J.I. Prof. António José Ganhão	6	150	145	140
J.I. Brejo	2	50	48	46
J.I. Centro Escolar	3	75	71	68
Agrupamento de Escolas de Porto Alto				
J.I. N.º 1	3	75	71	67
J.I. N.º 2	2	45	45	37
TOTAL	29	669	654	622

2.2. Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º ciclo

As actividades de enriquecimento curricular têm vindo a decorrer com normalidade, no entanto importa salientar as dificuldades que se têm verificado na contratação de alguns professores, nomeadamente para a educação musical obrigando à contratação de professores na área da expressão plástica.

	Turmas	Total Alunos	Alunos AEC	Turmas AEC

Agrupamento de Escolas Duarte Lopes				
Centro Escolar de Benavente	17	373	240	10
EB 1 nº 2	4	83	75	4
EB 1 Barrosa	2	35	35	2
EB 1 Foros Charneca	2	30	30	2
EB 1 Foros de Almada	2	19	17	1
EB 1 Santo Estêvão	4	76	76	4
Agrupamento Escolas de Samora Correia				
Centro Escolar	13	294	285	13
EB 1 Acácias	13	298	192	10
Agrupamento de Escolas de Porto Alto				
EB 1 Porto Alto	10	232	175	10
		1440		1125

4. Intervenção Cultural e Educativa

4.1. Projectos de serviço educativo

Integrado no Programa das Comemorações do Centenário da República, lançamento de concurso “Os Símbolos da República”

Continuação do apoio dado às Bibliotecas Escolares no âmbito do SABE (Serviço de apoio às bibliotecas escolares)

Actividades de serviço educativo requisitadas pelas escolas durante este período, de acordo com a programação anual definida, e desenvolvidas no âmbito do Museu e Bibliotecas Municipais:

Actividades de Natal

Todos os alunos que frequentam o pré-escolar, 1º ciclo, ensino especial e creches do concelho

Percurso pedestre “O núcleo histórico de Samora Correia “

5 turmas de 3º ano do Agrupamento de Escolas de Samora Correia

Percurso pedestre “O núcleo histórico de Benavente”

8 turmas de 3º ano do Agrupamento de Escolas Duarte Lopes

O Poder Local

8 turmas de 3º ano do Agrupamento de Escolas Duarte Lopes

Maleta do traje, actividade desenvolvidas nas escolas

5 turmas de 3º ano do Agrupamento de Escolas de Samora Correia

8 turmas de 3º ano do Agrupamento de Escolas Duarte Lopes

Apresentação “Historia Local”

8 turmas de 3º ano do Agrupamento de Escolas Duarte Lopes

Percurso “Da Lezíria à Charneca”

7 turmas de 3º ano do Agrupamento de Escolas Duarte Lopes

O Museu vai à Escola

3 turmas de 4º ano do Agrupamento de Escolas de Samora Correia

Atelier da ciência “ A Ciência vai à Escola”

6 salas de pré-escolar Agrupamento de Escolas de Porto Alto

3 salas de Pré-escolar do Agrupamento de Escolas de Samora Correia

2 turmas de 1º ciclo do Agrupamento de Escolas Duarte Lopes

Animação da exposição "De Vêu e Grinalda"

2 turmas de 3.º e 4.º anos do Agrupamento de Escolas de Samora Correia

Estendal da República

3 salas de pré-escolar do Agrupamento de Escolas de Porto Alto

5 salas de Pré-escolar do Agrupamento de Escolas de Samora Correia

Como montar uma exposição

2 turmas, 8º e 9º anos da EB 2, 3 Duarte Lopes

“CRESCER A LER... Por Benavente - Uma rede de leitores.... Com partilha de leituras”, Cantinhos de Leitura

Jardins de Infância do Município

Lenda de São Martinho

4 sessões – Centro Escolar de Benavente

2 sessões – EB n.º1 das Areias

5 sessões – Centro Escolar de Samora Correia

4.2. Actividades lúdicas e de tempos livres

O **programa Páscoa Activa**, promovido pela Divisão de Cultura, Educação e Turismo em articulação com o Sector de Fomento Desportivo, pretende envolver crianças e jovens durante a interrupção lectiva, promovendo a realização de actividades de ocupação de tempos livres, privilegiando as actividades desportivas e culturais. A actividade terá lugar na semana de 5 a 9 de Abril, entre as 9 e as 17 horas. À semelhança dos anos anteriores estas actividades têm a duração de uma semana, envolvendo 2 grupos de 30 participantes cada, com idades entre os 6 e os 12 anos.

Atelier de Cerâmica

Atelier/oficina a ter lugar entre 5 a 9 de Abril, no Espaço do Artesão instalado na Casa Museu Justino João, entre as 14 e as 17,00 horas, dirigido a 12 participantes com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos.

5. Intervenções de qualificação e requalificação do parque escolar

- Desenvolvimento de acções permanentes de conservação nos diversos equipamentos escolares.
- Foram já abertos os processos de concurso para os projectos de execução da EB 1 nº 1 de Benavente, EB 1 da Fonte dos Escudeiros e Centro Escolar de Porto Alto
- Considerando a necessidade de complementar intervenções de exterior, uma vez que as escolas mais recentes já foram intervencionadas, encontram-se em preparação os projectos de arranjos exteriores nas seguintes escolas: EB 1 e J.I. de Santo Estêvão, EB 1 Foros de Almada, EB 1/JI Foros da Charneca, EB 1 Barrosa, JI Barrosa (vedação), JI nº 1 Porto Alto.
- Construção de arrecadação na EB 1 das Acácias
- Conclusão dos arranjos exteriores na EB 1 das Acácias
- Fecho da área de telheiro no JI de santo Estêvão
- Aquisição de mobiliário diverso e telas para protecção de janelas em algumas escolas.
- Processo para aquisição de quadros interactivos para todas as salas de 1º ciclo.

INTERVENÇÕES:

Paula Fernandes – Em relação às actividades de enriquecimento curricular do 1º ciclo, no que diz respeito ao Agrupamento de Escolas de Samora Correia, considerou que há necessidade de acertar alguns pormenores. Salientou que seria muito importante na planificação das actividades a participação de todos, a Associação de Pais, a Câmara Municipal, a Direcção do Agrupamento, as Professoras coordenadoras das várias escolas do 1º Ciclo para que as actividades decorressem de uma forma mais harmoniosa.

Dora Morgado – Informou da dificuldade no que diz respeito ao almoço dos alunos da EB 1 das Acácias no refeitório da EB 2,3 Fernandes Pratas, dificuldade que passa pela deslocação dos alunos da escola até ao refeitório e durante a hora de almoço, uma vez que apenas existem duas funcionárias que prestam apoio nesta situação. Referiu que muitas vezes, os alunos da EB 1 têm de esperar lugar para almoçar e manifestou preocupação quando, futuramente, os alunos passarem todos a ter horário normal, porque o refeitório não tem capacidade para acolher os cerca de trezentos alunos das Acácias juntamente com os quase setecentos da EB 2,3. Solicitou que se equacione a hipótese de construção de um refeitório nas Acácias.

Paula Fernandes – Ainda em relação às refeições e de acordo com o exposto, revelou outra preocupação que é o número elevado de crianças deslocadas para o refeitório e o número reduzido de auxiliares que os acompanham (três auxiliares). Os encarregados de educação não têm consciência de que o período compreendido entre a saída da EB das Acácias até à entrada na Escola EB 2,3 as crianças não estão à responsabilidade de ninguém. Existe uma acção de boa vontade da Câmara e da Escola que disponibiliza funcionários para os acompanhar bem como uma voluntária que se disponibilizou para o efeito. Questionou de quem é a responsabilidade daquelas crianças durante aquele período de tempo uma vez que saem da escola para irem almoçar.

Senhor Presidente – Em relação ao relatório apresentado, crê que os números dão uma ideia da abrangência da acção social escolar na área do Município de Benavente. Considerou que é desejável que os alunos comam em refeitório escolar, uma vez que é, garantidamente, um excelente contributo para a sua saúde futura e por isso se apostou na alimentação desde o pré-escolar com o fornecimento de uma refeição gratuita a todos os alunos. Quanto ao 1º ciclo, sublinhou que está a ser atingido o pleno, já são muitas as crianças que tomam a refeição na escola, o que gera naturais dificuldades, às quais a Câmara está atenta para que se possam encontrar as melhores soluções sem, no entanto, criar a ilusão que é possível arranjar o enquadramento ideal para todo este trabalho. Todos temos consciência que o país está a viver e vai viver durante uns anos um período muito difícil. As autarquias vão viver e estão a viver momentos de grande dificuldade, as receitas da Câmara têm diminuído em consequência da queda das receitas fiscais e não são as verbas que provêm do orçamento de estado que, numa autarquia como a de Benavente, serve de contrapartida para fazer face a tudo aquilo que são as suas responsabilidades. A redução de pessoal que está prevista na administração é abrangente para todos os sectores da administração pública e prevê-se que atinja também as autarquias. Saliu, perante esta realidade, a dificuldade que existirá para manter equipamentos municipais abertos e, naturalmente, também as escolas. Quanto ao pessoal auxiliar, considerou, que o Ministério da Educação nem está a cumprir com os rácios definidos, existindo escolas em que se está a recorrer à tarefa, com a atribuição de umas horas para se resolverem problemas que se tendem a agudizar e, se não se verificarem medidas de excepção, receia que não sejamos capazes de perspectivar soluções para os problemas colocados em relação ao acompanhamento de alunos por auxiliares. Os encarregados de educação, os agrupamentos de escolas, o corpo docente, todos temos que ter consciência das reais dificuldades. Com as capacidades próprias da autarquia irão ser perspectivados os melhores caminhos para resolver os problemas, que não são apenas aqueles que hoje estão presentes, mas aqueles que irão estar presentes num próximo futuro.

Quanto às intervenções de qualificação e requalificação do parque escolar, informou que a Câmara apresentou candidatura ao QREN para os centros escolares de Benavente e Samora Correia que já estão concluídos e para o Centro Escolar de Porto Alto. Quanto à requalificação do parque escolar, o QREN tende a flexibilizar-se mas, por agora, respeita apenas à construção de novos centros escolares. Informou que a Câmara está a pressionar as estruturas do QREN e a própria Associação Nacional de Municípios, no sentido de que todas as requalificações de escolas que venham a ser efectuadas, sejam contempladas com verbas do QREN, senão fica o país com uma situação de escolas novas com excelentes condições de trabalho e outro parque escolar antigo, porque as autarquias não vão ter dinheiro para a sua recuperação. Ainda que se tenha de sacrificar outros projectos candidatáveis ao QREN, a Câmara irá tentar tudo por tudo para que se consiga aproveitar o QREN na requalificação de todo o parque escolar do Município de Benavente: EB1 Fonte dos Escudeiros, EB1 de Benavente e EB1 de Porto Alto cujos estudos prévios estão concluídos e encontram-se na fase de concurso para realização dos projectos. Será, então nessa fase que se poderá perspectivar a construção de um refeitório na EB 1 das Acácias, porque é desejável que as crianças possam tomar a refeição no espaço da escola.

Referiu ainda que a Câmara Municipal de Benavente procurou fazer uma gestão financeira da Autarquia de modo a que só se utilizasse a capacidade de endividamento para situações excepcionais, sendo que por isso existe cerca de oitenta e sete por cento da capacidade de endividamento disponível. Devido a uma nova norma do PEC, as autarquias não se podem endividar, pelo que deixou de ser possível a utilização deste recurso. Com as receitas a diminuir e sem capacidade de endividamento será necessário fazer-se muitos sacrifícios. Existem algumas injustiças neste processo, sendo que se penaliza quem não deve, aqueles que esgotaram a capacidade de endividamento e que recorreram a fundos comunitários têm ainda a possibilidade de, com a autorização do Senhor Secretário de Estado, terem acesso a mais dinheiro, aqueles que geriram as suas contas com cautela não têm esta possibilidade. É assim que está a ser entendido o endividamento líquido zero, a não ser que o Senhor Ministro das Finanças venha a considerar que o endividamento líquido zero possa ser entendido em outro contexto que é o contexto do total das amortizações do poder local, amortizações e juros, e que portanto essa verba possa ser rateada pelos municípios que têm capacidade de endividamento, a ser assim, existe alguma expectativa, alguma esperança, de contrário irão existir muitas dificuldades.

PONTO 3 DA ORDEM DE TRABALHOS - EXTENSÕES DE HORÁRIO NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Vereadora Gabriela Santos – Salientou que a extensão de horário na Educação Pré-Escolar é uma novidade este ano lectivo, é a primeira vez que se vai desenrolar uma experiência deste tipo. Este projecto surgiu a partir do contacto da Associação de Pais do Porto Alto, dirigido à Câmara, manifestando a preocupação do que é o prolongamento do horário dito regular no jardim de Infância que já existe das 15 às 17 horas, a componente de apoio à família, mas que não consegue responder às necessidades das famílias. A Associação de Pais avançou com esta proposta, e a grande preocupação foi de garantir que este projecto integrasse também uma componente pedagógica. Neste sentido, o projecto resulta de uma parceria entre a Câmara, o Agrupamento de Escolas de Porto Alto e a ADIC – Associação para o Desenvolvimento Integrado da Criança. Os pais que vão usufruir desta extensão, além da Componente de Apoio à Família serão aqueles que realmente precisam, sendo que a proposta de horário é das 7 às 9 horas e das 17 às 19 horas. O projecto iniciou com dois monitores para um grupo de vinte e cinco crianças, as actividades decorrem no espaço polivalente do Jardim de Infância, iniciou no Jardim de infância nº1 e, presentemente, já decorrem também no jardim de Infância nº2.

Cristina Gonçalves – Sublinhou que este é um serviço que só beneficia quem de facto necessita e que os pais têm de entregar, obrigatoriamente, uma declaração da entidade patronal para comprovar a necessidade de usufruir desta extensão de horário sendo que o pagamento deste serviço é de cerca de 30 €.

Senhor Presidente – Sobre este projecto, esclareceu que quando os pais apareceram com esta ideia vinham com a expectativa de que pudessem ter, por parte da Câmara, o serviço de que necessitavam, e a Câmara, na reunião havida com os pais definiu algumas ideias base para esta experiência. Foram definidos com os pais alguns princípios, um dos quais que a Associação de Pais fosse parceira, e a Associação de Pais não tendo capacidade para gerir este prolongamento de horário, teria de encontrar alguém que tecnicamente tivesse competência para definir um projecto pedagógico e levar por diante este projecto. Os pais teriam que pagar os custos inerentes, a Câmara cederia as instalações de acordo com o agrupamento e nas condições que o Agrupamento viesse a definir. Encontrou-se na ADIC a Associação com capacidade para desenvolver o projecto, por um preço extraordinariamente acessível, sendo que os pais pagam a uma ama muito mais que 30 €.

Considerou que o desejável é que uma criança entre os 3 e os 5 anos não permaneça em Jardim de Infância mais do que 40 horas por semana, situação que está cientificamente demonstrada pelos especialistas nesta matéria e que só em situações excepcionais é que os pais devem usufruir deste serviço, daí a tal declaração que têm de apresentar da entidade patronal. Salientou que não é um serviço aberto mas sim uma experiência que está a ser desencadeada e neste caso bem sucedida e que pode vir a ser uma necessidade noutros jardins de infância.

José Ramalho – Colocou a questão de como está a ser feita a gestão dos funcionários.

Cristina Gonçalves – Informou que foi assinado um protocolo entre a Câmara, Associação de Pais, Agrupamento de Escolas de Porto Alto e ADIC, onde as competências de cada um estão

bem definidas, sendo que a contratação e gestão do pessoal para as extensões de horário é da responsabilidade da ADIC.

PONTO 4 DA ORDEM DE TRABALHOS – ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO – ACOMPANHAMENTO

Cristina Gonçalves – Salientou que já foram levantadas algumas questões no decorrer da presente reunião relativamente a este assunto. Referiu que este ano o cenário foi alterado, no caso de Samora Correia, no que diz respeito às parcerias, foram alteradas como consequência da abertura do Centro Escolar, a ADIC parceiro nas AEC's que estava apenas com o 1º e 2º ano, ficou como parceiro nas AEC no Centro Escolar e a SFUS que estava com o 3º e 4º ano, tem este ano a EB 1 das Acácias. Reforçou a importância da flexibilização de horários no 1º Ciclo, porque considerando que o grande desígnio é a escola a tempo inteiro e a escola a tempo inteiro decorre entre as 9.00 e as 17.00 horas, não será razoável pensar em todas as turmas a funcionar em horário normal, entre as 9.00 e as 15.00 horas e as AEC's a decorrerem entre as 15 e as 17 horas. Considerou que existe uma impossibilidade real, porque jamais se conseguiria encontrar professores para cada uma das actividades que estão definidas, todas a decorrer entre as 15 e as 17 horas. Cumprindo algumas das orientações do Ministério da Educação sobre esta matéria dois agrupamentos avançaram com a flexibilização de horários, e neste momento verifica-se em Samora Correia no Centro Escolar e no Agrupamento Duarte Lopes nas escolas das aldeias, Referiu como tudo isto causou alguma perturbação, visto que embora a flexibilização não possa comprometer a componente pedagógica provoca alterações nos horários que, por vezes, não são bem aceites.

Salientou que existem ainda outras preocupações além da flexibilizado e dos horários duplos, que resultam da não competência, em termos de perfil, de muitos dos professores que estão com as actividades de enriquecimento curricular. Este ano foi muito difícil a contratação de professores de música e de inglês, pelo que o Ministério propôs outras alternativas, no caso de expressão musical propôs-se a sua substituição por outra actividade, tendo sido substituída, em alguns casos, pela expressão plástica. Considerou ainda que todos estes professores estão em regime de prestação de serviços, com horários muito irregulares, muitas vezes horários não completos o que não garante a sua fidelização na continuidade deste projecto, e muitas vezes também não têm prática pedagógica. Informou que este ano existem muito mais crianças a frequentar as AEC's, cerca de 1100 e, referiu a importância e se reflectir sobre este projecto.

Vereadora Gabriela – O facto de actividades extra curriculares não serem obrigatórias leva a que existam outro tipo de problemas, e havendo essa ideia, os pais umas vezes levam as crianças outras vezes não, pelo que houve a necessidade de fixar que, cada aluno, uma vez inscrito tem que requestrar as AEC's .

Paula Fernandes – Pensa que em Samora Correia existem duas vertentes distintas: a realidade do Centro escolar e da EB 1 das Acácias. Do ponto de vista funcional e pedagógico o Centro Escolar funciona muito bem porque as actividades decorrem todas no mesmo espaço, faltando apenas um ginásio para a parte desportiva quando está mau tempo e evitam-se, assim, as deslocações ao Pavilhão. No caso do Centro Escolar os problemas que se fazem sentir têm apenas a ver com a flexibilização de horário, não se conseguindo, até agora, uma interacção dentro da própria escola, sendo que as queixas existentes são mais dos parceiros/professores do que propriamente dos pais. Os professores estão habituados a terem um horário seguido.

No caso da EB 1 das Acácias, os problemas prendem-se mais com o espaço onde as actividades decorrem, como os alunos estão em horário duplo, são em espaço extra Escola (na SFUS), o que dificulta a coordenação no que diz respeito ao pessoal auxiliar, a coordenação das próprias actividades, sendo que é neste campo que surgem as queixas dos pais, porque sentem que não há uma continuidade apesar de os professores às vezes serem os mesmos.

José Ramalho – Referiu que o Agrupamento teve algum cuidado com esta questão, e, no que diz respeito ao presente ano lectivo, pensaram na possibilidade de se fazer a apresentação do professor titular juntamente com o professor contratado para que os alunos o encarassem como professor que faz parte da turma. Pensa que o sistema está completamente errado, a maneira como estas actividades são implementadas, e apelou para que a representante da DREL transmitisse superiormente esta preocupação, enquanto o sistema estiver a ser implementado desta maneira as coisas funcionam por sorte porque, eventualmente, se tem um bom parceiro, e que até consegue arranjar bons professores, mas é tudo uma questão de sorte. Na reunião havida com a Senhora Ministra da Educação, aquando da apresentação do

novo elenco, houve uma intervenção muito conveniente de um colega que sugeriu o fim das AEC's. Em mitos locais verificam-se situações dramáticas, se nos grandes centros poderá ser mais fácil contratar professores e ter uma estabilidade nos professores que desenvolvem actividades, em concelhos como o nosso, com uma grande dispersão de escolas é muito difícil a contratação de professores. Pensa que a questão fulcral é a contratação dos professores, porque se a contratação fosse a nível do Ministério, partindo dos professores que estão colocados na Escola, os problemas ficaram quase resolvidos na totalidade. A distribuição do serviço seria difícil para a Direcção do Agrupamento mas acabaria por ser muito mais vantajosa.

Representante da DREL – Informou que esta é uma questão que é referida em quase todas as reuniões com as Autarquias.

José Ramalho - Pensa não existir superiormente vontade em assumir a contratação destes professores, de acordo com conversas havidas anteriormente.

Fátima Borges – Referiu que, quando das avaliações externas, é pedido aos agrupamentos explicação de como é feito o acompanhamento, e que competência tem um director de escola para dizer a professores que estão a recibos verdes que têm uma série de reuniões mensais. Pensa que a contratação ao ser feita pela escola tornar-se-ia muito mais fácil de gerir, garantindo a solução de muitos destes problemas.

Paula Fernandes – Manifestou concordância com a exposição feita pelo Professor José Ramalho. Salientou que, em Samora Correia, os parceiros existentes, ADIC e SFUS, têm características muito diferentes, a ADIC não é uma Associação com fins lucrativos uma vez que é uma IPSS. Referiu que esteve presente numa Assembleia-geral da ADIC, uma vez que os pais também são sócios e pagam uma quota anual, em que foram apresentadas as contas anuais e constatou que as AEC's não dão lucro à Associação, mas sim prejuízo. Em comparação com o ano passado que só tinham crianças em ATL, a ADIC disporá de menos dinheiro em caixa tendo chegado a conclusão que era mais rentável ter apenas crianças em ATL do que terem a parceria para AEC's.

Relativamente a SFUS, sendo uma colectividade não tem a mesma vertente que uma IPSS, embora desenvolva outras actividades como musica e ginástica, mas, mesmo assim procuram tirar alguma contrapartida financeira das AEC's pois perante a crise existente é muito difícil para uma Sociedade sobreviver. É natural que o façam pois as actividades funcionam em espaço próprio o que também significa alguma despesa.

José Ramalho – Perspectivando o próximo ano, pensa que deveria ser tomada uma posição colectiva a nível do concelho, a fim de se fazer ver não só à Direcção Regional mas também ao Ministério da Educação que apesar dos esforços feitos entre os parceiros, a metodologia adoptada não é a indicada. Por outro lado, considerou que as Associações de Pais deveriam estar presentes nas reuniões preparatórias do próximo ano lectivo para terem bem consciência da dificuldade de toda esta manobra de gestão de horários e da contratação.

Senhor Presidente – Informou que tem representado a Associação Nacional de Municípios no diálogo institucional com o Ministério da Educação e, por conseguinte, tem acompanhado este processo desde que nasceu a ideia da escola a tempo inteiro. O propósito da Senhora Ministra ao lançar este programa de actividades de enriquecimento curricular, levou desde logo a que a Associação Nacional de Municípios colocasse em causa o sucesso pretendido. Quando se pretende enriquecer o currículo do aluno, faria todo o sentido que as actividades fossem curriculares, sendo que desta forma não se verificariam as dificuldades existentes. A Ministra Maria de Lurdes Rodrigues nunca manifestou uma opinião contrária à ideia de curricularizar as actividades, sendo que uma coisa são as palavras outra são as acções, e no dialogo havido, a ANMP manifestou a necessidade desta questão ser bem avaliada, não existindo dados suficientes para garantir que de facto as AEC's iriam funcionar bem.

O diagnóstico que está feito mostra as vulnerabilidades deste sistema. Quando se parte para as parcerias, prioritariamente procura-se como parceiro as IPSS, instituições com experiência na área dos tempos livres, mas só a ADIC aceitou participar, enquanto que a Creche de Benavente não manifestou qualquer interesse em colaborar apesar de ter havido diminuição na frequência das ATL. Salvo situações que carecem ser revistas, não acredita que a revisão dos currículos seja um processo tão complicado como parece que é. Pensa que se existisse vontade politica este assunto já estaria mais adiantado e já se reflectiu o suficiente sobre o que está errado para se poderem corrigir e atender aquilo que são as reflexões feitas nas escolas, pelas Associações de Pais e pelas Câmaras Municipais. As propostas de solução já existem e é necessário que se pondere se são as melhores para que objectivo da escola a tempo inteiro se possa cumprir.

Propôs que se prepare na reunião no final do ano lectivo, e seja elaborado um documento com uma tomada de posição a ser enviada para o Ministério de Educação.

Cristina Gonçalves – Existe um documento de avaliação que foi produzido o ano passado e que resultou de um inquérito feito a todos os encarregados de educação relativamente às AEC's, o qual já reflecte algumas das debilidades e dificuldades do projecto. Dessa avaliação, a taxa de satisfação é elevada tanto dos encarregados de educação como dos alunos, esta avaliação foi feita em 2007/2008 e abrangeu cerca de 700 alunos, existem situações de irregularidade no comportamento, na atitude que têm perante o professor das AEC's mas a verdade a grande maioria tira proveito e gosta das actividades.

José Ramalho – Considera que apesar das dificuldades existentes, há bom trabalho feito nas AEC's,

PONTO 5 DA ORDEM DE TRABALHOS – OUTROS ASSUNTOS

Gabriela Santos – Numa das reuniões do Conselho Municipal de Educação tinha sido sugerido a realização de um debate, onde fosse possível juntar pais, educadores, professores, tendo como temática a Disciplina/Indisciplina. Manifestou o maior interesse na sua realização.

Senhor Presidente - O tema Disciplina/Indisciplina, ideia base do debate a realizar e sugerido em anteriores reuniões do CME, tinha em vista a preparação de um documento que servisse de base a organização de um seminário, seminário para qual seria convidado pessoal docente, pessoal não docente das escolas, os pais e alguns especialistas na matéria. A professora Clara Freire disponibilizou-se para integrar este grupo de trabalho, e, verificando-se a sua ausência, contar-se-á com a Vereadora do Pelouro da Educação, Gabriela Santos, para o efeito, se o assunto merecer concordância dos conselheiros presentes. O seminário, a realizar, seria conveniente que fosse agendado para altura que pudesse ser próximo da abertura do ano lectivo, que é normalmente quando existe maior motivação dos pais. A Câmara não se poupará aos esforços necessários para que este seminário resulte em benefícios para a escola e para o seu papel de intervenção. Ficará então da responsabilidade da Vereadora do Pelouro da Educação a elaboração da proposta que será presente na próxima reunião do CME para apreciação, aprovação e correcções.

Dora Morgado – No Agrupamento de Escolas de Samora Correia e depois da reunião havida na Direcção Regional de Educação para aprovação da rede escolar no próximo ano lectivo, informou que, relativamente, ao pré escolar e primeiro ciclo não existem grandes problemas. A grande preocupação, e tem conhecimento que a Câmara já emitiu um parecer para o Ministério de Educação, é a intenção em sede de rede escolar de transferir turmas para a Escola Secundária. Este ano lectivo, algumas turmas de 5º ano com problemas de sinalização de alunos do ensino especial estiveram em turmas com um número de alunos superior ao que é aconselhado. Salientou que alunos com necessidades educativas especiais deverão ser integrados em turmas reduzidas, e o que a Direcção pretende, neste próximo ano lectivo, é que as turmas que tenham crianças com necessidades educativas especiais, tivessem apenas 20 alunos tal como se encontra previsto na Lei, pelo que precisam de mais turmas de 6º ano para tentar que isso aconteça. Foi informada de que tal situação estava fora de questão, por razões de continuidade pedagógica, que não fazia sentido a separação de alunos, não poderá haver mais turmas de 6º ano e que se porventura houvesse turmas de 6º ano a mais, porque a escola já está sobrelotada há algum tempo e agora ainda mais com os cursos de Educação Formação, que estas turmas seguissem para a Escola Secundária de Benavente. Sublinhou que esta situação cria insatisfação junto da Direcção da Escola e conseqüentemente, nos pais, e qual irá ser o critério a adoptar para mandar uma turma para a Escola Secundária de Benavente. Está prevista a activação da Carta Educativa já em 2009 com a aprovação dos projectos de ampliação da escola Professor João Fernandes Pratas, o que não foi ainda levada a cabo, pelo que irão tentar, a muito custo, incluir na instalações da EB 2,3 Professor João Fernandes Pratas todas as crianças que têm e as que possam eventualmente vir.

Senhor Presidente – Logo que teve conhecimento desta situação pediu que fosse tomada, de imediato, uma posição perante esta aparente decisão que não acredita seja definitiva, ou se for não é sensata. O Ministério pode encontrar alternativa com um monobloco enquanto não tiver capacidade para efectuar a ampliação da escola, não pode é contar com a passividade de todos enquanto decide colocar crianças do 7º ano na Escola Secundária de Benavente, não que esta não tenha magnificas instalações, mas uma situação destas é inaceitável para os pais, e também incompreensível a Câmara. A Câmara opor-se-á com toda a determinação a esta decisão, se é que há decisão sobre esta matéria. A Senhora Vereadora acompanhará esta

situação e saberá se é necessário pedir uma reunião ao Senhor Director Regional de Educação para esclarecer este assunto.

A nossa carta educativa constitui um compromisso da Câmara e do Governo no que respeita a rede escolar e à construção de novos equipamentos que respondam a necessidades da população, as Câmaras encontram-se a trabalhar naquilo que lhes diz respeito, o Governo apenas está a trabalhar naquilo que são escolas secundárias e sua recuperação, sendo que relativamente às EB's, não creio que estejam a ser utilizados fundos comunitários para o efeito, mas a verba que o Ministério tem ao seu dispor e que ficou do programa temático, não era apenas para as escolas secundárias mas também para as EB 2,3.

Dora Morgado – Informou que há muito trabalho a fazer na Escola Professor João Fernandes Pratas, contam apenas com a boa vontade da Câmara no que diz respeito às pequenas reparações. Faz todo o sentido a requalificação da escola e a sua ampliação uma vez que a população cresceu exponencialmente.

José Ramalho – A população irá crescer ainda mais e o próprio Ministério já prevê esse crescimento, em reunião de rede escolar ficou bem claro que esta zona já se encontra em ruptura e que piorará, o que se observa pelo número de alunos que está a aparecer no 5º ano.

Senhor Presidente – O Concelho de Benavente é o sétimo Concelho do País em termos de crescimento populacional. E a tendência é para que cresça, nomeadamente se o projecto do aeroporto se vier a concretizar, o parque habitacional vai ter que crescer mesmo que não cresça com modelos de grande densidade. É necessário que, tendo a carta educativa projectado simulações de crescimento da população de acordo com os últimos dois censos, tem que haver ajustamentos no que diz respeito aos projectos de ampliação das escolas.

José Ramalho – Informou que nesta última reunião da rede ficou decidido que transitarão três turmas de 7º ano da EB 2,3 Duarte Lopes para a Escola Secundária de Benavente. Mesmo com a transição destas turmas para a Secundária, a Duarte Lopes irá ficar exactamente na mesma em termos de ocupação devido ao acréscimo de turmas do 5º Ano.

Paula Fernandes - Questionou para quando a operacionalidade da EB 1 Fonte dos Escudeiros

Senhor Presidente – O projecto está em fase de concurso. Se tudo correr bem a obra terá início no princípio do próximo ano lectivo, o mesmo se passará com a EB 1 de Benavente e Porto Alto, existem 3 concursos a decorrer.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 17 horas e 35 minutos. Para constar se lavrou a presente acta, que será assinada depois da sua aprovação.